



CENTRO SOCIAL DA PARÓQUIA DE SANTA MARTA DE PORTUZELO

Relatório e Contas

Ano de 2021



W

C. S. P. STA MARTA PORTUZELO

Balança

Balança em 31 de Dezembro de 2021

UNIDADE MONETÁRIA (€)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS		
		31 Dez 2021	31 Dez 2020	Variação
ATIVO				
Ativo				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis		482.308,34	511.725,05	-5,75%
Bens do património histórico e cultural		0,00	0,00	0,00%
Propriedades de investimento		0,00	0,00	0,00%
Ativos intangíveis		0,00	0,00	0,00%
Investimentos financeiros		622,84	330,46	88,48%
		482.931,18	512.055,51	-5,69%
Ativo corrente				
Inventários		327,36	349,48	-6,33%
Clientes		6.190,89	6.785,20	-8,76%
Adiantamentos a fornecedores		0,00	0,00	0,00%
Estado e outros entes públicos		540,35	499,93	8,09%
Fundadores/Beneméritos/patrocinadores/Doadores/Assodados/Membros		0,00	0,00	0,00%
Outras contas a receber		14.666,67	20.944,85	-29,97%
Diferimentos		1.523,43	2.378,13	-35,94%
Outros ativos financeiros		0,00	0,00	0,00%
Caixa e depósitos bancários		27.025,65	14.133,35	91,22%
		50.274,35	45.090,94	11,50%
Total do Ativo		533.205,53	557.146,45	-4,30%
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO				
Fundos Patrimoniais				
Fundos		264.362,88	264.362,88	0,00%
Excedentes técnicos		0,00	0,00	0,00%
Reservas		0,00	0,00	0,00%
Resultados transitados		114.652,40	137.603,88	-16,68%
Excedentes de revalorização		0,00	0,00	0,00%
Outras variações nos fundos patrimoniais		76.133,63	91.496,13	-16,79%
Resultado líquido do período		9.916,12	-22.951,48	143,20%
Patrocinadores		0,00	0,00	0,00%
Total dos fundos patrimoniais		465.065,03	470.511,41	-1,16%
Passivo				
Passivo não corrente				
Provisões		0,00	0,00	0,00%
Provisões específicas		0,00	0,00	0,00%
Financiamentos obtidos		0,00	0,00	0,00%
Outras contas a pagar		0,00	0,00	0,00%
		0,00	0,00	0,00%
Passivo corrente				
Fornecedores		7.187,97	14.148,79	-49,20%
Adiantamentos de clientes		0,00	0,00	0,00%
Estado e outros entes públicos		10.056,17	16.865,62	-40,37%
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Assodados/Membros		0,00	0,00	0,00%
Financiamentos obtidos		0,00	0,00	0,00%
Diferimentos		0,00	0,00	0,00%
Outras contas a pagar		50.896,36	55.620,63	-8,49%
Outros passivos financeiros		0,00	0,00	0,00%
		68.140,50	86.635,04	-21,35%
Total do Passivo		68.140,50	86.635,04	-21,35%
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo		533.205,53	557.146,45	-4,30%

(1) - Euro



C. S. P. STA MARTA PORTUZELO

Demonstração dos Resultados por Naturezas

Período findo em 31 de Dezembro de 2021

UNIDADE MONETÁRIA (1)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS		Variância
		2021	2020	
Vendas e serviços prestados		148.168,99	117.901,20	25,67%
Subsídios, doações e legados à exploração		282.575,65	227.696,34	24,10%
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00	0,00%
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00	0,00%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-19.602,59	-16.102,70	-21,73%
Fornecimentos e serviços externos		-50.206,42	-44.625,62	-12,51%
Gastos com o pessoal		-338.607,61	-293.806,27	-15,25%
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00%
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00	0,00%
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00	0,00%
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00%
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00	0,00%
Outros rendimentos e ganhos		23.115,88	22.622,22	2,18%
Outros gastos e perdas		-2.383,64	-3.428,01	30,47%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		43.060,26	10.257,16	319,81%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-33.144,14	-33.208,64	0,19%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		9.916,12	-22.951,48	143,20%
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00	0,00%
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00	0,00%
Resultados antes de impostos		9.916,12	-22.951,48	143,20%
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00	0,00%
Resultado líquido do período		9.916,12	-22.951,48	143,20%

(1) - Euro



Relatório e Contas

1 Identificação da entidade:

1.1 Designação da entidade:

O Centro Social da Paróquia de Santa Marta de Portuzelo é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), registada na Direção Geral de Segurança Social, no livro das Fundações de Solidariedade Social sob o nº 27/81, de 14 de setembro de 1981, com sede na Avenida Comendador Parente Ribeiro, nº 13, Santa Marta de Portuzelo, 4925-001 Viana do Castelo.

1.2 Natureza da atividade:

O Centro Social da Paróquia de Santa Marta de Portuzelo tem como principal objetivo a prestação de serviços de apoio a crianças e jovens, apoio à família, protecção do cidadão na velhice e apoio integrado social e comunitário.

Respostas sociais:

Creche:

Resposta social que se destina as crianças com idades compreendidas entre os zero e os trinta e seis meses de idade, durante o período diário correspondente ao trabalho dos pais ou de quem exerça as responsabilidades parentais. Acolhe os utentes que lhe são confiados, proporcionando-lhes condições de segurança, conforto, carinho e aprendizagem que visam promover o desenvolvimento global da criança.

Jardim de Infância:

Resposta social vocacionada para o desenvolvimento das crianças com idades compreendidas entre os três anos de idade até ingresso no ensino básico, durante o período diário correspondente ao trabalho dos pais ou de quem exerça as responsabilidades parentais proporcionando-lhes atividades educativas e atividades de apoio à família. Acolhe os utentes que lhe são confiados, proporcionando-lhes condições de segurança, conforto, carinho e aprendizagem que visam promover o desenvolvimento global da criança.

Centro de Dia:

Resposta social que se destina a pessoas idosas que necessitam de apoio nas diferentes atividades da vida diária, ajudando-as a manter-se no seu meio social e familiar. São destinatários do Centro de Dia as pessoas idosas que não detenham capacidade de assegurar, temporária ou permanentemente, as suas necessidades básicas diárias e que não disponham de retaguarda familiar com disponibilidade para lhes prestar o necessário apoio na satisfação



dessas necessidades. A resposta social Centro de Dia oferece um diversificado e vasto conjunto de serviços e cuidados pessoais que visam promover a autonomia e a prevenção de situações de dependência ou o seu agravamento, que evite o isolamento; e cumulativamente contribua para a qualidade de vida dos indivíduos. Com o objetivo de melhorar o quotidiano dos seus utentes, o Centro de Dia assegura a prestação de serviços individualizados e personalizados que atendem às necessidades e expectativas da pessoa idosa.

Centro de Atividades de Tempos Livres (CATL):

Resposta social que proporciona atividades de lazer a crianças com idade superior a seis anos, nos períodos disponíveis das responsabilidades escolares. São destinatários do CATL da Instituição as crianças que frequentam o primeiro ciclo do ensino básico, durante o período diário livre das obrigações escolares. Excepcionalmente, o serviço do CATL pode ser alargado às crianças que frequentam o segundo ciclo do ensino básico (5º e 6º ano), desde que seja possível compatibilizar o horário escolar da criança com a disponibilidade de recursos humanos da Instituição.

Possui ainda duas respostas sociais de fins não lucrativos, não participadas pelo Instituto de Segurança Social.

Tem como finalidade a promoção de atividades de carácter cultural, educativo, desportivo e recreativo, através da Escola de Ciclismo e da Fanfarra do Centro Social da Paróquia de Santa Marta de Portuzelo, sendo o objectivo principal a ocupação de tempos livres de crianças a partir dos 6 anos de idade, de adolescentes e jovens de ambos os sexos de preferência residentes na freguesia de Santa Marta de Portuzelo, sem excluir outros vindos de freguesias e concelhos diferentes.

Nestas respostas sociais todos os cargos, são exercidos no espírito de voluntariado, sem qualquer tipo de remuneração.

Escola de Ciclismo:

Tem como principais apoios; subsídios da autarquia e de entidades privadas para desenvolverem a sua atividade no âmbito de promoção de atividades desportivas.

Fanfarra:

Desenvolve atividades de animação musical, com o objetivo de promover atividades de carácter cultural, educativo e recreativo.



cur
D

2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o disposto na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL), de acordo com o Decreto-Lei nº 36-A/2011 de 9 de março, que integra o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto-Lei nº 158/2009 de 13 de julho, com as alterações previstas no decreto-lei nº 98/2015 de 2 de junho.

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos registos contabilísticos do Centro Social da Paróquia de Santa Marta de Portuzelo, de acordo com as NCFL-ESNL, no pressuposto da continuidade das operações.

As demonstrações financeiras encontram-se apresentadas à moeda de Euro.

Não se verificaram, no decorrer do período a que respeitam as demonstrações financeiras quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista na NCRF-ESNL.

3 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras da entidade são as que abaixo se descrevem, tendo sido consistentemente aplicadas aos exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações financeiras e tendo por base o modelo do custo dos seguintes pressupostos:

- **Continuidade;**

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Paras as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

- **Regime do acréscimo (periodização económica);**

Os efeitos das transacções e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e o critérios de reconhecimento de acordo coma estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento), sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionam. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes



rendimentos e gastos são registados nas respectivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

- **Consistência na apresentação;**

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

- **Materialidade e Agregação;**

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. Cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras. Os itens de natureza ou função dissemelhante serão apresentados separadamente, a menos que sejam imateriais.

- **Compensação;**

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim, como os gastos e os rendimentos, estes não foram sujeitos a compensações.

- **Compreensibilidade;**

As demonstrações financeiras devem ser de fácil compreensão para os utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

- **Relevância;**

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projectar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

- **Fiabilidade;**

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve ser expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve reflectir factos consolidados e comprovados.

- **Representação Fidedigna;**

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transacções e outros acontecimentos que se pretende relatar, mesmo que sujeita a riscos, deve haver a



preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

- **Substância sobre a forma;**

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transacção ocorrida.

- **Neutralidade;**

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

- **Prudência;**

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

- **Plenitude;**

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

- **Informação Comparativa;**

A informação comparativa foi divulgada com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas foram levadas a afeito de maneira consistente ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afectadas pela reclassificação serão divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;
- c) Razão para a reclassificação.



3.2 Outras políticas contabilísticas:

As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente com o previsto na NCRF-ESNL. Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidência objectiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados, sempre que possa ser medido de forma fiável.

3.2.1. Ativos fixos tangíveis:

a) Critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta:

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. O custo de aquisição inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessária para funcionarem da forma pretendida.

As despesas subsequentes que a entidade tenha com manutenção e reparação dos activos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

b) Métodos de depreciação usados:

As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis uso, isto é, quando estiverem no local e nas condições necessárias para serem utilizados, pelo método da linha recta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

c) Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas:

As vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afectação do desempenho do ativos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50
Equipamento Básico	6
Equipamento administrativo	6
Equipamento de transporte	5
Outros ativos fixos tangíveis	6
Equipamento informático	5
Programas de computador	3
Obras em edifício alheio	10



ar
D

3.2.2. Inventários:

As mercadorias e matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. A Instituição tem por opção efectuar a compra conforme a ementa mensal, não tendo por essa razão grandes quantidades em inventário.

3.2.3. Subsídios:

Os subsídios, incluindo subsídios não monetários, só devem ser reconhecidos após existir segurança que:

- a) A entidade cumprirá as condições a ele associadas;
- b) Os subsídios serão reconhecidos.

Os subsídios do governo através da Segurança Social, são provenientes dos protocolos existentes para as respostas sociais de Creche, Jardim de Infância, Centro de Atividades de Tempos Livres e Centro de Dia.

3.2.4. Rédito:

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos.

3.2.5. Caixa e equivalentes de caixa:

A entidade deve divulgar as bases de mensuração, bem como as políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros, que sejam relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras.

As rubricas "Caixa e depósitos bancários" incluem o montante disponível em 31.12.2021 em caixa e em depósitos bancários à ordem e a curto prazo que podem ser imediatamente mobilizáveis.

3.2.6. Fornecedores e outras contas a pagar:

As dívidas registadas em "fornecedores" e "Outras contas a pagar" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.7. Estado e Outros Entes Públicos:

Estão registadas as contribuições obrigatórias a pagar à Segurança Social e as retenções na fonte de IRS a entregar ao Estado, em janeiro de 2022 em razão do processamento de salários e do pagamento sujeitos a retenção na fonte referentes ao mês de dezembro de 2021.



Handwritten initials in blue ink, possibly 'CSP' and a signature.

3.2.8. Benefícios de empregados:

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos do período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respectivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte.

3.3. Principais pressupostos relativos ao futuro:

As demonstrações financeiras estão elaboradas pressupondo a continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da entidade. As perspectivas existentes para o futuro e para a continuidade das operações baseiam-se no conhecimento e acontecimentos passados. Não se prevê, num horizonte temporal de curto/médio prazo qualquer alteração, legislativa ou relacionada com a atividade exercida, que possa pôr em causa a validade dos pressupostos atuais e portanto não é expectável que se verifiquem ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período de relato.

3.4. Principais fontes de incerteza das estimativas:

As estimativas com impacto nas demonstrações financeiras da entidade são continuamente avaliadas, representando à data de cada relato a melhor estimativa, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada, o enquadramento atual e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acredita serem razoáveis.

4 Fluxos de caixa:

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a NCRF 2, utilizando o método direto.

Enquadramento da política:

Os registos nas diversas rubricas da demonstração dos fluxos de caixa correspondem efectivamente aos recebimentos/pagamentos observados, sendo registados numa base bruta, isto é, não compensando entradas com saídas, exceto quanto a recebimentos e pagamentos (caixa) dos itens em que a rotação seja rápida, as quantias sejam grandes e os vencimentos sejam curtos.



cur
D

4.1. Comentário da direção sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso.

Todos os saldos de caixa e seus equivalentes estão disponíveis para uso.

4.2. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários.

Em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, o saldo de caixa e seus equivalentes, que inclui numerário e depósitos bancários, detalha-se na seguinte tabela:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Caixa:		
Caixa: Centro Social	159,96	159,56
Caixa: Ciclismo	172,69	192,61
Caixa: Fanfarra	395,51	395,51
Depósitos bancários:		
Depósitos Bancários: Centro Social	14.813,54	443,55
Depósitos Bancários: Ciclismo	5.414,54	6.851,91
Depósitos Bancários: Fanfarra	2.299,87	2.320,67
Outros depósitos bancários:		
Out. depósitos Bancários: Fanfarra	3.769,54	3.769,54
Caixa e seus equivalentes	27.025,65	14.133,35

5 Ativos fixos tangíveis:

As demonstrações financeiras devem divulgar:

a) Os critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta:

Os "Activos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos activos e de restauração dos respectivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Instituição espera vir a incorrer.

As despesas subsequentes que a instituição tenha com manutenção e reparação dos activos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

**b) Os métodos de depreciação usados:**

Os critérios de mensuração, os métodos de depreciação e as vidas úteis usadas encontram-se referidos no ponto 3.2.1.

c) A quantia escrituradas brutas, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escrituradas no início e no fim do período de 2021, mostrando as adições, as revalorizações, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, encontram-se no seguinte quadro:

	Saldo em 1/01/2021	Aquisições	Abates	Revalorizações	Saldo em 31/12/2021
Outros ativos fixos tangíveis:					
Terenos e Recursos Naturais	49.879,78	0,00	0,00	0,00	49.879,78
Edifícios e Outras Construções	747.410,78	0,00	0,00	0,00	747.410,78
Equipamento Básico	173.183,87	3.377,83	0,00	0,00	176.561,70
Equipamento de Transporte	119.086,92	0,00	0,00	0,00	119.086,92
Equipamento Administrativo	32.982,12	349,60	0,00	0,00	33.331,72
Equipamento Biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos Fixos Tangíveis	20.523,38	0,00	0,00	0,00	20.523,38
	1.143.066,85	3.727,43	0,00	0,00	1.146.794,28
Depreciações acumuladas:					
	Saldo em 1/01/2021	Depreciações	Correcções	Revalorizações	Saldo em 31/12/2021
Terenos e Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e Outras Construções	315.170,10	21.266,57	0,00	0,00	336.436,67
Equipamento Básico	157.693,40	3.473,65	0,00	0,00	161.167,05
Equipamento de Transporte	103.952,92	8.334,00	0,00	0,00	112.286,92
Equipamento Administrativo	34.194,63	69,92	0,00	0,00	34.264,55
Equipamento Biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos Fixos Tangíveis	9.008,35	0,00	0,00	0,00	9.008,35
	620.019,40	33.144,14	0,00	0,00	653.163,54

6 Inventários:

Os inventários encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

As mercadorias e matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento.



As existências finais são apuradas no final do exercício com base na contagem física dos bens, utilizando-se a fórmula de apuramento do Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas.

Demonstração do Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	
Movimentos	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Inventários Iniciais	663,06
Compras (géneros alimentares)	19.340,76
Regularizações de inventários	73,87
Inventários Finais	327,36
Gastos do exercício	19.602,59

7 Rendimentos e Gastos:

Uma entidade deve divulgar:

- a) **As políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transacções que envolvam a prestação de serviços.**

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação, recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos.

- b) **A quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:**

Prestação de serviços - esta rubrica diz respeito às mensalidades dos utentes das várias respostas sociais (creche, jardim de infância, centro de atividades de tempos livres e centro de dia), bem como serviços secundários prestados pelas respostas sociais mão protocoladas, reconhecidos na demonstração dos resultados por natureza. Em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 apresenta seguintes valores:

Descrição	2021	2020
Prestação de serviços		
Mensalidades utentes		
Creche	60.056,34	53.664,00
Jardim de Infância	67.756,00	39.956,20
Centro de Atividades de Tempos Livres	11.130,65	8.902,50
Centro de Dia	7.226,00	9.128,50
Total	138.942,99	111.651,20



cur
d

Serviços secundários		
Fanfarra	0,00	650,00
Ciclismo	2.000,00	5.600,00

Nota: No início de 2021 o Governo determinou a suspensão das atividades letivas e não letivas e de apoio social, a partir do dia 22 de janeiro, devido ao agravamento da situação da pandemia da doença Covid-19 em Portugal. Desta forma as respostas sociais da Instituição suspenderam as suas atividades a partir desta data e só foram retomadas no dia 15 de março, após ter sido decretado pelo Governo o plano de desconfinamento.

A resposta social Centro de Dia só retomou a sua atividade em abril de 2021 por se considerar que os utentes desta resposta social eram mais vulneráveis e o risco de contágio do vírus era maior.

8 Subsídios e outros apoios de entidades públicas:

Em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, o Centro Social da Paróquia de Santa Marta de Portuzelo tinha na rubrica "Subsídios do Governo", os saldos abaixo discriminados.

Descrição	2021	2020
Subsídios do Governo		
Instituto de Segurança Social:		
<i>Acordos de Cooperação</i>		
Creche	79.288,20	40.818,24
Jardim de Infância	84.110,40	72.194,76
Centro de Atividades de Tempos Livres	12.567,44	12.425,94
Centro de Dia	21.782,90	30.014,45
<i>Compensação Salarial (Educadoras Pré-escolar)</i>	19.799,88	17.342,88
<i>Comparticipação complementar Creche</i>	9.277,82	0,00
<i>Comparticipação complementar Jardim Infância</i>	211,16	0,00
<i>LayOff</i>	17.336,42	18.282,94
<i>Apoio Extraordinário Família</i>	0,00	173,88
<i>Adaptar Social +</i>	0,00	1.553,30
Autarquias:		
Subsídio Apoio Atividades Desportivas - Ciclismo	5.132,00	8.550,00
Instituto de Emprego e Formação Profissional:		
Projeto "Contrato Emprego e Inserção"	1.132,11	556,97

*am*
Q

Medida Incentivo Extraordinário à Normalização da Atividade Profissional	18.620,00	16.989,78
Estágio profissional ATIVAR.PT	1.529,71	7.659,36
IAPMEI - Agência Gestão Tesouraria Dívida Pública		
Compensação RMMG	253,50	0,00

Nota: Durante o ano de 2021 o Centro Social recorreu a alguns Apoios/Incentivos atribuídos pelo Governo no âmbito da pandemia. Recorreu ao Apoio de “LayOff – apoio extraordinário à manutenção do contrato de trabalho”, durante o período de 22 de janeiro a 15 de março. Candidatou-se ao incentivo extraordinário à normalização da atividade empresarial, que tinha como objectivo apoiar a manutenção do emprego e reduzir o risco de desemprego dos trabalhadores das entidades afectadas pela crise empresarial em consequência da pandemia causada pela doença COVID-19.

Candidatou-se ainda a uma compensação para fazer face ao aumento em 1 de janeiro de 2021 da retribuição mínima mensal garantida (RMMG).

9 Instrumentos Financeiros:

A entidade reconhece um ativo financeiro ou um passivo financeiro apenas quando se torne uma parte das disposições contratuais do instrumento.

9.1. Investimentos financeiros.

Os investimentos financeiros existentes têm a ver com a obrigatoriedade de constituição do Fundo de Compensação do Trabalho (FCT).

Em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, a rubrica “Investimentos Financeiros” apresentava os seguintes saldos:

Rubrica	31/12/2021	31/12/2020
Outros Investimentos Financeiros		
Fundo Compensação do Trabalho (FCT)	622,84	330,46
Total	622,84	330,46

10 Benefícios dos empregados:

10.1. As entidades devem divulgar o número médio de empregados durante o ano.

O número médio de funcionários no ano de 2021 foi de 19.



cur
Q

Em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 a rubrica "Gastos com o pessoal" apresentava os seguintes valores:

Gastos com o pessoal	31/12/2021	31/12/2020
Remunerações do pessoal	276.563,17	242.845,89
Remunerações (CEI)	888,12	1.115,79
Encargos sobre remunerações	56.792,63	46.506,33
Seguro de acidentes de trabalho	4.030,69	3.278,26
Outros gastos com pessoal	333,00	60,00
Total	338.607,61	293.806,27

10.2. Outros.

No exercício de 2021 as instituições foram obrigadas a suspender as suas atividades letivas e não letivas de 22 de janeiro a 15 de março de 2021. Nesse sentido as colaboradoras afetas às respostas sociais de Creche, CATL e Centro de Dia estiveram no regime de LayOff – apoio extraordinário à manutenção do contrato de trabalho (COVID-19) durante esse período.

10.3. Membros dos órgãos directivos e alterações ocorridas no período de relato financeiro.

A Direção é constituída por cinco membros. Os membros da direção não auferem qualquer tipo de remuneração pelas funções que exercem. Em 25 de janeiro do ano 2022 foi aprovada pelo Bispo de Viana do Castelo a direção do Centro Social da Paróquia de Santa Marta de Portuzelo para o quadriénio de 2022/2025.

11 Divulgações exigidas por outros diplomas legais:

Situação tributária e contributiva:

O Centro Social da Paróquia de Santa Marta de Portuzelo à data de encerramento das contas do período de 2021 tem a sua situação "regularizada" perante a Segurança Social, tal como relativamente à Autoridade Tributária, não existindo, por isso, qualquer dívida em mora ao estado e outros entes públicos.

12 Outras divulgações:

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.



Handwritten signature and initials in blue ink.

12.1. Credores por acréscimos de gastos e diferimentos:

Em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, as rubricas "Credores por acréscimos de gastos", "Outros devedores e credores" e "Diferimentos" englobavam os seguintes saldos:

Descrição	2021	2020
<i>Credores por acréscimos de gastos</i>		
Remunerações a liquidar	50.896,36	47.242,92
<i>Outros devedores e credores</i>		
Autarquias	0,00	6.301,04
Instituto de Segurança Social	0,00	1.553,30
Instituto de Emprego e Formação Profissional	14.666,67	13.090,51
Fábrica da Igreja Paroquial Sta Marta de Portuzelo	0,00	8.249,25
<i>Gastos a reconhecer</i>		
Seguros	1.523,43	1.586,54

12.2. Fornecimentos e Serviços Externos:

Em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, as rubricas de fornecimentos e serviços externos apresentavam a seguinte decomposição:

Fornecimentos e Serviços Externos	31/12/2021	31/12/2020
Serviços especializados:		
Trabalhos especializados	2.985,42	3.555,42
Vigilância e segurança	614,64	606,24
Honorários	5.005,53	1.270,00
Conservação e reparação	5.310,78	8.549,28
Outros serviços	234,04	248,30
Materiais:		
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	5.542,96	2.779,08
Livros e documentação técnica	0,00	0,00
Material de escritório	325,30	78,36
Artigos para oferta	361,24	340,21
Outros	2.510,97	2.498,38
Energia e Fluidos:		
Eletricidade	6.746,48	7.288,98
Combustíveis	5.142,73	3.859,46
Água	3.547,74	1.873,59



Outros Fluídos - Gás	939,28	877,93
Deslocações e estadas:		
Deslocações e estadas	1.446,08	1.354,76
Serviços Diversos:		
Rendas e alugueres	1.302,54	85,36
Comunicação	1.203,01	1.389,91
Seguros	3.151,50	3.216,28
Limpeza, Higiene e Conforto	3.483,80	3.763,40
Outros Serviços	352,38	990,68
Total Fornecimentos e Serviços Externos	50.206,42	44.625,62

cur
B

13 Acontecimentos após a data do balanço:

Após a data do balanço não houve conhecimento de eventos ocorridos, pelo que não foi necessário efectuar qualquer actualização das divulgações nas notas às demonstrações financeiras do período.



Ata de Aprovação do Relatório e Contas

Aos trinta e um dias do mês de março do ano dois mil e vinte e dois, reuniu-se na sede do Centro Social da Paróquia de Santa Marta de Portuzelo a sua Direção a fim de proceder à análise do Relatório e Contas do ano de 2021 desta Instituição.

Após verificação detalhada, o Relatório e Contas foi aprovado por todos os elementos que compõe a Direção.

(Presidente: Padre Christopher Vaz de Sousa)

(Vice-presidente: José Araújo)

(Tesoureiro: José Carlos Amado)

(1.º Secretário: Pedro Reis)

(2.º Secretário: Filipe Lima)



Parecer do Conselho Fiscal

Aos trinta e um dias do mês de março do ano dois mil e vinte e dois, reuniu-se na sede do Centro Social da Paróquia de Santa Marta de Portuzelo o Conselho Fiscal desta Instituição a fim de proceder à análise do Relatório e Contas do ano de 2021.

Após verificação detalhada, o Relatório e Contas foi aprovado por todos os elementos que compõe o Conselho Fiscal.

O Conselho Fiscal regista em ata o seu reconhecimento pela forma audaz, empenhada e de excelente gestão, por parte da Direção do Centro Social ao longo do seu mandato. Com este desempenho permitiu continuarem a oferecer apoio à nossa comunidade e a quantos optam por frequentar e beneficiar da oferta social desta I.P.S.S..

(Presidente: Carlos Parente Antunes)

(Secretário: Valdemar Borlido Guimarães)

(Vogal: José Augusto Meleiro Rodrigues)

